



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2014
Educação
Outubro de 2016

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan)
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas
Armando Castro

Coordenação Editorial
Armando Castro

Equipe Técnica
Armando Castro
Antonio Marcos Barreto Silva
Guillermo Etkin
Luiz Fernando Lobo

Coordenação de Biblioteca e Documentação Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações
Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral
Coordenação de Produção Editorial
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Vinicius Luz

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1 (2014 -). — Salvador : SEI, 2016

v.3
n.3
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA BAHIA.....	3
Analfabetismo.....	3
Frequência à escola	5
Anos de estudo.....	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11

APRESENTAÇÃO

Após divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) deu início ao processamento e sistematização das informações, divulgando, em seguida, sob o formato de boletins temáticos, as análises correspondentes às circunstâncias sociais do estado, sem dissociá-las, entretanto, da realidade nordestina e brasileira.

Este boletim aborda o tema Educação, investigando alguns indicadores dos anos 2001, 2007 e 2014 como focos comparativos, incorporando entendimentos sobre a evolução da série quando houver relevância. Os indicadores aqui trabalhados foram: taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais; taxa de analfabetismo das pessoas de 40 anos ou mais; taxa de escolarização bruta; taxa de escolarização líquida e média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais. Tais indicadores focalizam a educação básica, porém não visam avaliar a qualidade da educação, mas sim monitorar o alcance do sistema educacional de ensino regular¹.

SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA BAHIA

Analfabetismo

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade na Bahia foi estimada em 14,7% em 2014². Este percentual é superior ao verificado em 2011 – ano com o menor registro no intervalo entre 2001 e 2014, 14,5%³. Entretanto este comportamento na variação da taxa pode estar relacionado à metodologia de recontagem populacional aplicada na PNAD. No Nordeste e no Brasil, por outro lado, as menores taxas se deram em 2014, 16,6% e 8,3% nessa ordem.

Em comparação ao início da série, quando estava em 22,7%, a taxa de analfabetismo na Bahia diminuiu 8,0 pontos percentuais em 2014 ou, equivalentemente, apresentou redução de 35,1%, recuo superior aos constatados para Brasil (-33,1%; quando a taxa passou de 12,4%, em 2001, para 8,3% em 2014) e Nordeste (-31,3%; de 24,2% para 16,6%) – apontando um avanço relativo maior na Bahia que em tais esferas geográficas quanto a diminuição do analfabetismo geral (Gráfico 1).

É notório que o analfabetismo incide proporcionalmente mais sobre a população rural que a urbana em território brasileiro. O Gráfico 2 mostra a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais por situação de domicílio na Bahia para os anos de 2001 e 2014. Apesar da redução da taxa de analfabetismo no período, a diferença entre as zonas urbana e rural do estado se perpetuou.

Na Bahia, entre 2001 e 2014, o recuo da proporção de analfabetos foi maior no meio urbano (-34,5% que no rural (-24,9%) – levando a taxa rural a passar de 2,5 vezes a urbana, em 2001, para 2,8, em 2014. Enquanto no primeiro ano da série, as taxas de analfabetismo urbana e rural foram de 15,6% e 38,6% nessa ordem, no último ano alcançaram 10,2% e 28,9%, respectivamente (Gráfico 2).

O percentual dos que não sabem ler e escrever do grupo populacional de 40 anos ou mais é maior que o das faixas etárias inferiores, além de se destacar por uma maior rigidez – impactando sobremaneira a taxa de analfabetismo geral. Em 2014, a taxa de analfabetismo desse grupo etário foi de 26,3%, valor 0,8 pontos percentuais superior à menor taxa da série, que se deu em 2011. Já na região Nordeste e no Brasil, as menores ocorrências foram em 2014 – 28,9% e 14,1%, respectivamente.

1 O sistema de ensino regular em vigor abarca: educação básica, formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o médio; e a educação superior.

2 Compreendendo como alfabetizado o indivíduo capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, na data de referência, no idioma que conhece. A taxa de analfabetismo é o percentual de analfabetos (de certo grupo etário) em relação ao total de indivíduos (do mesmo grupo etário).

3 A variação da taxa de analfabetismo pode estar relacionada à metodologia de recontagem populacional aplicada na PNAD. Não obstante, é preciso levar em consideração que, somente a partir de 2004, a pesquisa alcançou abrangência nacional, pois antes disso não incluía em sua amostra os domicílios rurais localizados na região Norte do Brasil.

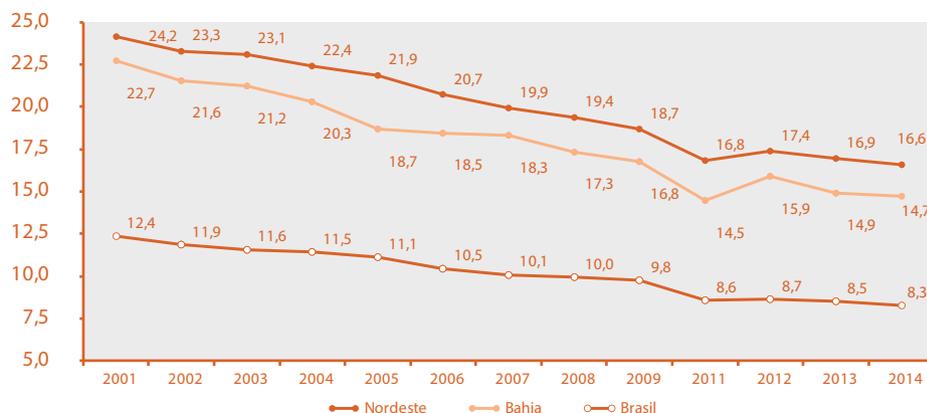


Gráfico 1
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Brasil, Nordeste e Bahia – 2001 a 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

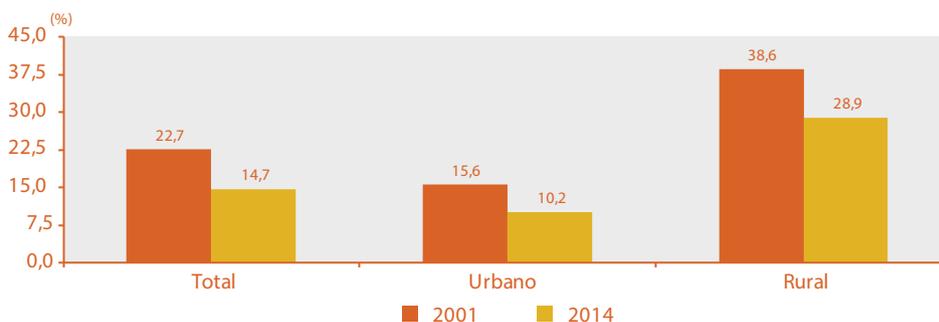


Gráfico 2
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por situação de domicílio – Bahia – 2001 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

Ao passar de 39,2% para 26,3% de 2001 a 2014, queda de 12,9 pontos percentuais, a taxa de analfabetismo da população de 40 anos ou mais de idade na Bahia apresentou, em termos relativos, redução de 32,9%. O recuo registrado pela Bahia foi maior que o da região nordestina e menor que o da brasileira, as quais registraram variações negativas de 27,7% e 33,5% nesse intervalo, respectivamente. Todos esses levantamentos podem ser acompanhados pelo Gráfico 3.

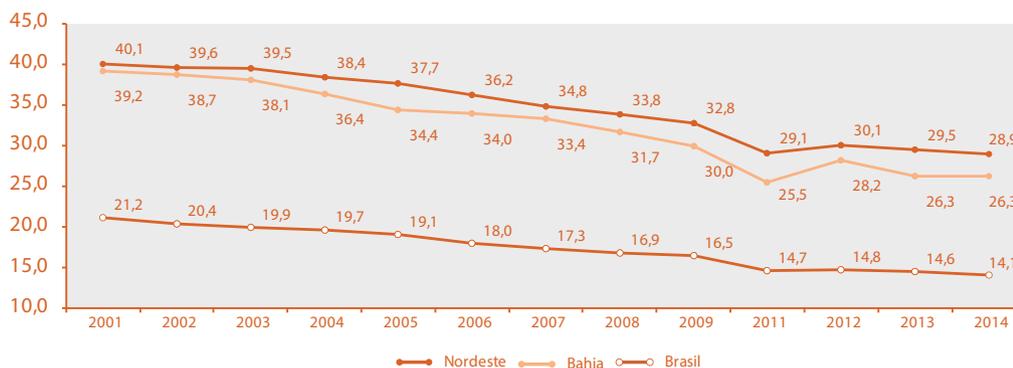


Gráfico 3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 40 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001 a 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

O gráfico abaixo, que traz a taxa de analfabetismo de pessoas de 40 anos ou mais por situação de domicílio na Bahia, evidencia que na zona rural há maiores desafios para a diminuição do analfabetismo no Estado, no entanto, na área urbana, ainda é um problema que requer atenção das políticas públicas. Enquanto o analfabetismo entre os indivíduos de 40 anos ou mais na área urbana reduziu 36,1% de 2001 a 2014, na zona rural a redução alcançou pouco mais da metade disso, 18,6%. Nesse intervalo, a taxa urbana saiu de 29,2% para 18,7% e a rural, de 59,4% para 48,4% (Gráfico 4). A taxa rural, assim, passou de 2,0 vezes a urbana, em 2001, para 2,6, em 2014. Este comportamento decorre em função do crescimento da população urbana em relação ao crescimento da população urbana analfabeta ter sido mais acentuado do que o crescimento da população rural em relação ao crescimento da população rural analfabeta.

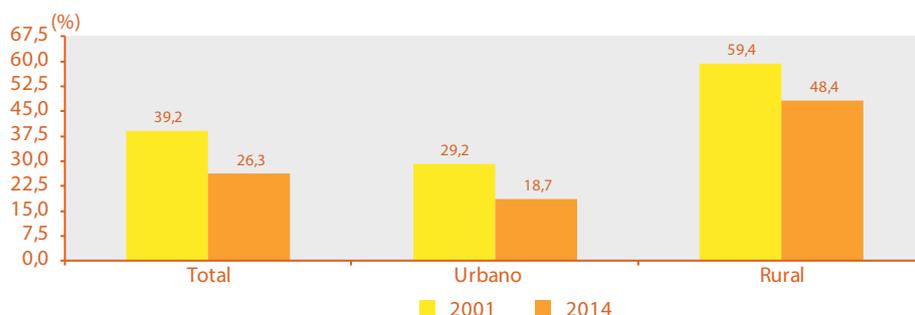


Gráfico 4
Taxa de analfabetismo das pessoas de 40 anos ou mais de idade por situação de domicílio – Bahia – 2001 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI / Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

Frequência à escola

A taxa de escolarização bruta⁴ avançou no Brasil, no Nordeste e na Bahia, para todas as categorias etárias consideradas, no comparativo entre 2001 e 2014. Independentemente do recorte geográfico, o grupo etário de 4 a 5 anos se destacou pela maior evolução no intervalo citado e o de 6 a 14 anos, por mostrar taxas cada vez mais próximas à universalização. No entanto, tanto o grupo de 4 a 5 anos como o grupo de 15 a 17 anos estão longe do alcance da universalização.

Em 2014, as taxas de escolarização bruta da Bahia só não foram maiores que as do Brasil no estrato de 6 a 14 anos de idade – 98,4% contra 98,5%, respectivamente (Tabela 1). Em contraponto à região nordestina, constatou-se taxa de escolarização bruta inferior apenas na faixa etária de 4 a 5 anos – 83,6% no estado *versus* 87,7% no Nordeste.

Em relação a 2007, nenhum revés foi observado nas taxas de escolarização bruta em 2014: na Bahia, no conjunto dos estudantes de 4 a 5 anos, a taxa cresceu mais de dez pontos percentuais. Este comportamento também ocorreu tanto no Brasil como no Nordeste. Ressalte-se que, no Brasil, Nordeste e Bahia, entre os jovens de 6 a 14 anos houve um leve crescimento de um ano ao outro, porém, aproximando da universalização com uma taxa maior que 98%. Entretanto na faixa de 15 a 17 anos, embora haja também crescimento da taxa entre os anos de 2007 e 2014, os resultados do último ano evidenciam que se faz necessário um crescimento de quase quinze pontos percentuais para se aproximar da universalização.

Tabela 1
Taxa de escolarização bruta por faixa etária – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001, 2007 e 2014

Área geográfica	4 a 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos		
	2001	2007	2014	2001	2007	2014	2001	2007	2014
Brasil	55,0	70,0	82,7	95,3	97,0	98,5	80,8	81,9	84,1
Nordeste	61,9	76,8	87,7	94,3	96,8	98,2	79,2	80,5	83,1
Bahia	57,1	73,4	83,6	94,2	96,6	98,4	82,1	82,7	84,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001, 2007 e 2014.

Elaboração: SEI / Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

4 Proporção de pessoas de um determinado grupo etário que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário, sem considerar o nível de ensino em que o indivíduo se encontra

Num paralelo entre as taxas de escolarização bruta por situação do domicílio na Bahia, apura-se que, em 2014, os meios urbano e rural apresentaram paridade nos grupos etários de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos – com a faixa de 4 a 5 anos sendo a única a contar, ainda, com proporções destoantes. O grupo de indivíduos de 6 a 14 anos expôs as maiores taxas de escolarização em 2014, tanto na área urbana (98,4%) quanto rural (98,3%). Por outro lado, o indicador referente ao grupo de 4 a 5 anos em área rural se mostrou o mais distante à universalização, registrando 73,0% no ano (Tabela 2).

No tocante ao início do intervalo, houve avanço da taxa de escolarização bruta em praticamente todos os conjuntos etários dos meios urbano e rural na Bahia, excetuando-se o grupo de 15 a 17 anos em situação urbana, com a taxa passando de 84,8%, em 2001, para 84,6% em 2014. Independentemente da área de localização do domicílio, se urbana ou rural, o grupamento etário de 4 a 5 anos assumiu a maior evolução entre 2001 e 2014 – com realce para o localizado em área rural, cuja taxa foi a que mais cresceu, passando de 38,8%, em 2001, para 73,0% em 2014.

Em confronto com 2007, a frequência escolar bruta nos domicílios em situação rural na Bahia também revelou avanço em todos os grupos etários em 2014 – destaque para a faixa de 4 a 5 anos, que assumiu o maior crescimento entre os grupos, ao passar de 62,5% para 73,0%. No caso dos domicílios em situação urbana, o menor progresso ocorreu na taxa de escolarização para o estrato de 15 a 17 anos, que passou de 83,6% para 84,6% de 2007 a 2014. Em compensação, no grupo de 4 a 5 anos deu-se o maior avanço, com 87,2%, em 2014, frente a 79,6% em 2007.

Tabela 2
Taxa de escolarização bruta por situação do domicílio e faixa etária – Bahia – 2001, 2007 e 2014

Situação do domicílio	4 a 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos		
	2001	2007	2014	2001	2007	2014	2001	2007	2014
Total	57,1	73,4	83,6	94,2	96,6	98,4	82,1	82,7	84,5
Urbano	67,7	79,6	87,2	95,2	96,9	98,4	84,8	83,6	84,6
Rural	38,8	62,5	73,0	92,5	96,1	98,3	76,9	80,9	84,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001, 2007 e 2014.

Elaboração: SEI / Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

A respeito da taxa de escolarização líquida⁵, avanços também são notados. De 2001 a 2014, com exceção da faixa de 4 a 5 anos no Brasil, que passou de 54,3% para 52,7%, e no Nordeste, que passou de 60,9% para 59,1%, os demais grupos das três instâncias geográficas expandiram suas taxas. Os maiores avanços foram os da faixa de 15 a 17 anos – com Nordeste e Bahia progredindo mais que Brasil, porém ainda muito distante da meta de 85,0% estabelecida no Plano Nacional de Educação ⁶(PNE). Por fim, independentemente do espaço geográfico, as taxas de escolarização daqueles de 4 a 5 anos revelaram variação aquém das demais categorias, enquanto o grupo de 6 a 14 anos continuou com as maiores taxas de escolarização líquida ao final do período (Tabela 3), próxima da universalização.

Segundo a PNAD, em 2014, a taxa de escolarização líquida da Bahia mostrou-se inferior a do território nordestino em todos os grupos etários avaliados, com a maior disparidade sendo observada no grupo de 15 a 17 anos – 44,5% em oposição a 49,5%, respectivamente. Interessante destacar que, para a faixa de 4 a 5 anos e diferentemente dos demais grupos etários, Bahia (58,9%) e Nordeste (59,1%) revelaram taxas de escolarização superiores a do Brasil (52,7%).

Indiferente do foco geográfico, de 2007 a 2014, o grupo etário de 4 a 5 anos foi o único a recuar em suas taxas de escolarização líquida – ficando a Bahia com o menor destaque negativo, já que revelou a menor queda, quando a taxa passou de 71,8% para 58,9%. A Bahia também protagonizou o maior aumento entre as taxas de um ano ao outro – foi a do grupo etário de 6 a 14 anos, com a passagem de 88,1%, em 2007, para 93,9% em 2014. Na faixa de 15 a 17 anos, a taxa de 44,5% da Bahia em 2014, contra a taxa de 33,6% em 2007, ficaram abaixo das taxas observada para o Nordeste e Brasil. Contudo, cabe

⁵ Proporção de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária, excluindo as que já completaram esse nível

⁶ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política nacional para o período de dez anos (2014/2024)

ressaltar que a variação desses valores pode revelar aspectos decorrentes da contagem populacional, não evidenciando modificação efetiva nas taxas de escolarização desses grupos etários, pois no período de 2007 a 2014 houve decréscimos e acréscimos no contingente populacional entre os grupos cujo comportamento não segue os pressupostos do crescimento ou decréscimo populacional.

Tabela 3
Taxa de frequência líquida em escola ou creche – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001, 2007 e 2014

Área geográfica	4 a 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos		
	2001	2007	2014	2001	2007	2014	2001	2007	2014
Brasil	54,3	68,5	52,7	85,8	90,4	94,5	37,7	49,2	58,8
Nordeste	60,9	75,4	59,1	83,9	89,3	94,0	21,0	35,1	49,5
Bahia	55,7	71,8	58,9	83,5	88,1	93,9	19,6	33,6	44,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001, 2007 e 2014.

Elaboração: SEI / Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

O panorama da escolarização líquida na Bahia, em 2014, com exceção do grupo etário de 15 a 17 anos, apontou certo nivelamento entre as áreas urbana e rural. A faixa de 6 a 14 anos apresentou as maiores taxas de escolarização líquida, tanto na área urbana (94,1%) quanto rural (93,4%). Em contrapartida, os indicadores referentes ao grupo de 15 a 17 anos se mostraram os mais afastados da universalização, registrando 47,4% no meio urbano e 37,1% no meio rural (Tabela 4).

Em relação a 2001, a proporção de indivíduos que frequentava escola na série adequada cresceu em quase todos os grupos etários das áreas urbana e rural na Bahia, com o de 4 a 5 anos do meio urbano sendo a exceção, já que decresceu de 66,4%, em 2001, para 59,8% em 2014. A taxa de escolarização líquida dos jovens de 15 a 17 anos de idade foi a que mais cresceu de 2001 a 2014, tendo a área rural vivenciado a maior transformação, já que sua taxa passou de 7,4% para 37,1% no período.

Na passagem de 2007 a 2014, a frequência escolar líquida da categoria de 4 a 5 anos reduziu tanto no meio urbano quanto rural, com maior regressão na área urbana, cuja taxa passou de 78,7% para 59,8%. Nas faixas etárias restantes, os domicílios em situação urbana apresentaram avanços: de 88,1% para 94,1% no caso das pessoas de 6 a 14 anos; e de 40,3% para 47,4% no grupo de 15 a 17 anos. Os domicílios em situação rural revelaram avanços, também, no grupo de 6 a 14 anos, com a taxa de escolarização líquida passando de 88,3% para 93,4% no período; e na faixa de 15 a 17 anos, quando a taxa saiu de 21,8% para 37,1% de 2007 para o 2014.

Tabela 4
Taxa de frequência líquida em escola ou creche por situação do domicílio e faixa etária – Bahia – 2001, 2007 e 2014

Situação do domicílio	4 a 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos		
	2001	2007	2014	2001	2007	2014	2001	2007	2014
Total	55,7	71,8	58,9	83,5	88,1	93,9	19,6	33,6	44,5
Urbano	66,4	78,7	59,8	85,3	88,1	94,1	25,8	40,3	47,4
Rural	37,5	59,4	56,2	80,3	88,3	93,4	7,4	21,8	37,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001, 2007 e 2014.

Elaboração: SEI / Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

A análise da frequência escolar dos jovens de 6 a 14 e de 15 a 17 anos na Bahia por quintis do rendimento domiciliar *per capita* revela que, após treze anos, houve um incremento mais intenso entre aqueles pertencentes ao estrato inferior de renda – com destaque para o grupo dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, cuja frequência à escola passou de 6,8% para 32,7% entre 2001 e 2014 (Gráfico 5). Porém, nesse grupo etário, no que diz respeito à frequência escolar, não reduziu o distanciamento histórico entre as duas classes de renda, visto que, no primeiro quintil, apenas 32,7% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam o ensino fundamental em 2014, contra 72,2% no quinto quintil de renda. Entretanto a taxa de escolarização líquida dos jovens de 6 a 14 anos do 1º quintil (93,5%) aproxima-se da taxa para aqueles do 5º quintil (95,8%) em 2014.

Desse modo, apesar da evolução, em 2014, a situação da escolarização na faixa etária de 15 a 17 anos ainda não permitia falar em igualdade educacional entre os polos de renda na Bahia. No ensino médio, por exemplo, a frequência à escola desses jovens do estrato inferior de renda comparada a frequência à escola do estrato superior de renda alcançou uma diferença considerável de 39,48 pontos percentuais. A taxa de frequência escolar bruta para os jovens de 15 a 17 anos também apontava diferenças relevantes em 2014: 83,3%, para aqueles pertencentes à camada inferior de renda; e 90,5%, para os da última camada.

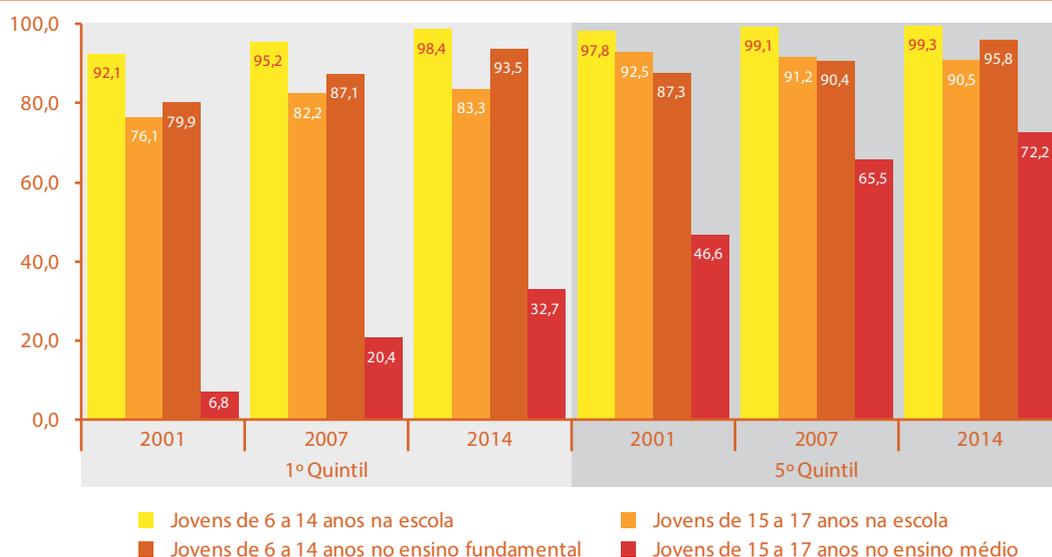


Gráfico 5
Frequência à escola por quintis do rendimento domiciliar per capita – Bahia – 2001, 2007 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

Anos de estudo

O número médio de anos de estudo⁷ do grupo de pessoas de 25 anos ou mais de idade para a Bahia chegou a 6,6 anos em 2014⁸. Em relação a 2001, quando era de 4,4 anos, houve aumento de 2,2 anos, portanto acima das variações observadas para Região Nordeste (+2,0 anos) e Brasil (+1,8 anos). Assim, de 2001 a 2014, a média de anos de estudo da população baiana conseguiu superar a da população nordestina e reduzir o hiato em relação à média da população brasileira (Gráfico 6). Como essa variável não passa por variações significativas de um ano ao outro, as informações de 2007 servem para ilustrar que entre 2001 e 2007 esse indicador cresceu um ponto percentual, enquanto no período 2007-2014, cresceu 1,2 pontos, evidenciando que no segundo período houve um leve incremento no ritmo do crescimento do indicador.

O aumento do número médio de anos de estudos para a Bahia, o Nordeste e o Brasil entre 2001 e 2014 foi fortemente influenciado pela redução no percentual de pessoas com até três anos de estudo e, sobremaneira, pela expressiva elevação no percentual daqueles com 15 anos ou mais de escolaridade. Esses grupamentos foram os de maior variação no período. Tal movimentação pode ser percebida pelo Gráfico 7.

Na Bahia, o percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com até três anos de estudo reduziu em 37,4% no período, quando passou de 51,5%, em 2001, para 32,2% em 2014. O recuo no estado esteve acima dos observados para Brasil (-35,1%; com o percentual da população com até três anos de estudo passando de 32,8% para 21,3%) e Nordeste (-33,6%; que passou de 50,3% para 33,4%).

7 Na PNAD, a classificação segundo os anos de estudo baseia-se na série e no nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação.

8 A escolha pela idade mínima de 25 anos visa excluir do cálculo do número médio de anos de estudo os indivíduos pertencentes aos grupos etários do processo regular de escolarização.

O grupo com mais anos de estudo (15 ou mais anos), por outro lado, cresceu muito mais na Bahia (156,8%) que no Nordeste (98,4%) e no Brasil (77,4%) no período considerado. Em território baiano o percentual passou de 3,0%, em 2001, para 7,7% em 2014. No Nordeste, esse percentual saiu de 4,0% para 7,8%; e no Brasil, de 7,0% para 12,4%.

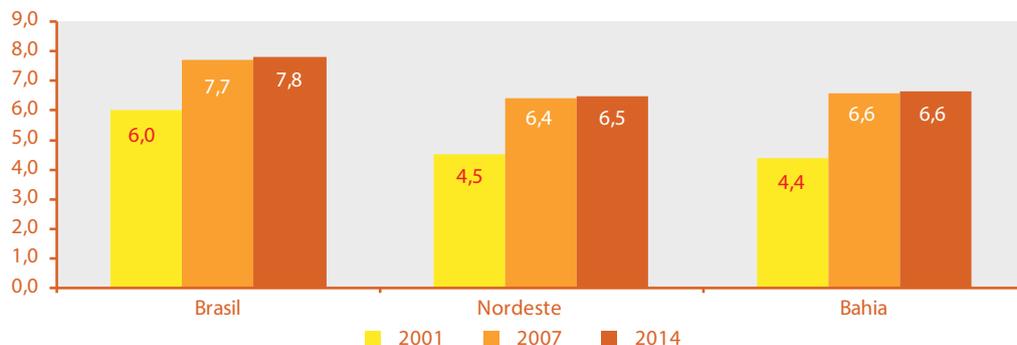


Gráfico 6
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001, 2007 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

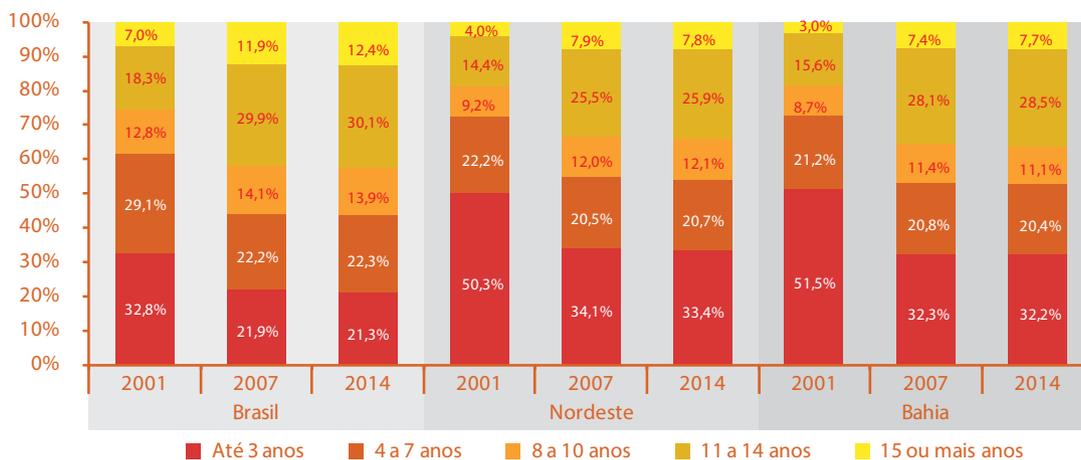


Gráfico 7
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade por anos de escolaridade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001, 2007 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

O gráfico a seguir mostra que a população rural ainda possui, em média, menos anos de estudo que a urbana na Bahia. Ambas experimentaram a mesma variação no número médio de anos de estudo entre 2001 e 2014, uma elevação de 2,0 anos – o que manteve a diferença de 3,9 anos entre elas. Enquanto na zona rural a escolaridade média da população passou de 1,7 para 3,7 anos, na área urbana essa média aumentou de 5,6 para 7,6 anos completos no período.

Em 2001, segundo se pode observar através do Gráfico 9, mais da metade da população baiana, independentemente da localidade do domicílio, não havia alcançado 8 anos de estudo: 62,5% no meio urbano e 95,3% no meio rural. Entretanto, em 2014, podem-se observar avanços nesse cenário: embora mais da metade dos indivíduos com domicílio em zona rural ainda não tenha completado oito anos de estudo em 2014, esse percentual reduziu a 79,8%; e, por outro lado, 55,8% da população urbana passaram a apresentar, no mínimo, oito anos de estudo.

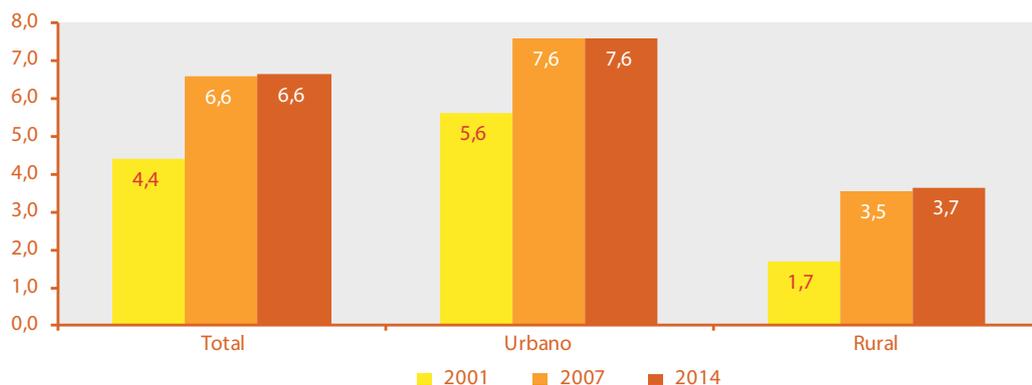


Gráfico 8
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade por situação de domicílio - Bahia - 2001, 2007 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

Os estratos com menor escolaridade foram os de maior redução no período, com o percentual de pessoas com até três anos de estudo passando de 38,5% para 24,8% no meio urbano e de 80,2% para 55,9% no meio rural. O grupo de maior escolaridade, aqueles com 15 anos ou mais de estudo, foi o que mais cresceu entre 2001 e 2014: na zona urbana, saiu de 4,3% para 9,7%; e na rural, de 0,1% para 1,3%. Tais variações contribuíram para a ampliação da média de anos de estudo das populações da zona urbana e rural.

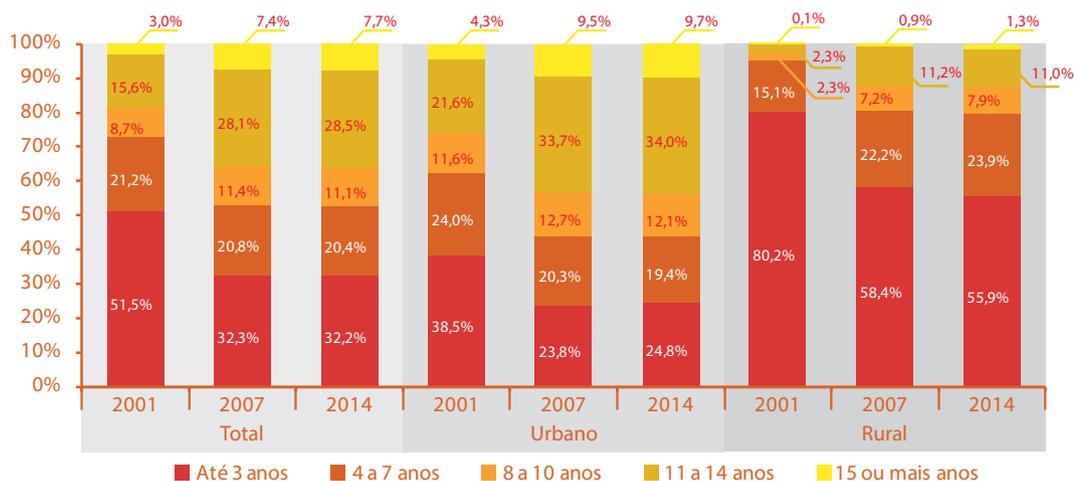


Gráfico 9
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade por anos de escolaridade e situação do domicílio - Bahia - 2001, 2007 e 2014

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: SEI/Dipeq. Dados sistematizados a partir dos Microdados reponderados com base nas Projeções Populacionais (revisão 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD 2014 permitiu constatar que, em comparação a 2001, o analfabetismo, a despeito de sua complexidade, reduziu na Bahia. No entanto, diminuindo mais fortemente no segmento de 15 anos ou mais de idade do que no de 40 anos ou mais, este com uma taxa de analfabetismo mais elevada e de maior dificuldade em diluir – indicando uma associação deste fenômeno com características demográficas e denunciando a necessidade de maior zelo com os grupos populacionais em idades mais avançadas, onde a expansão da cobertura e da eficácia dos programas de alfabetização voltados a este público se colocam como uma boa estratégia.

Em relação à situação do domicílio, independentemente do grupo etário auscultado, o recuo da proporção de analfabetos foi maior no meio urbano que no rural, perpetuando as diferenças entre as zonas urbana e rural nesse quesito e apontando a zona rural como principal espaço para o combate do analfabetismo na Bahia. Apesar de a erradicação do analfabetismo ainda se encontrar longe do alcance, no Brasil de hoje, graças à ampliação do acesso ao ensino fundamental ocorrida nos últimos anos, o ciclo de produção de analfabetos foi praticamente rompido.

No que diz respeito à frequência escolar, houve avanços consideráveis na Bahia. Tanto a taxa de escolarização bruta quanto a líquida elevaram seus percentuais na comparação entre os anos de 2001 e 2014. Entretanto, ainda é bastante preocupante a baixa frequência líquida dos jovens de 15 a 17 anos na Bahia em 2014, que sequer alcançou 50%, indicando um longo caminho na regularização do fluxo escolar desse grupo etário, o qual passa pelo combate à evasão escolar, redução das dificuldades de acesso à escola e aumento das taxas de aprovação escolar. Quando se considera a renda, houve um incremento maior na frequência daqueles pertencentes ao estrato inferior de rendimento comparativamente aos do último estrato, ajudando a aplacar diferenciais históricos entre os dois grupos de renda no que se refere a esse quesito.

Observou-se, também, que o número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais para a Bahia aumentou em 2,2 anos de 2001 a 2014, chegando a 6,6 anos. Com aumento superior aos da Região Nordeste (+2,0 anos) e Brasil (+1,8 anos), a média de anos de estudo da população baiana conseguiu superar a da população nordestina e reduzir o hiato em relação à da população brasileira no período investigado. Ainda assim, há um longo caminho a trilhar para homogeneizar os níveis de escolaridade da sociedade baiana aos da brasileira. Em relação à situação do domicílio na Bahia, com o mesmo aumento no número médio de anos de estudo tanto para o meio urbano quanto o rural no período em estudo, a diferença entre as duas localidades continuou a mesma, de forma que a situação das populações do campo ainda está muito aquém da vivenciada pelos grupos urbanos.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

